

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	5
Introdução	9
1 Fundamentos Iniciais	15
1.1 Princípio da Autenticidade Eleitoral	22
1.2 Violência Política de Gênero ou Violência Política contra a Mulher?	30
1.3 Violência Política de Gênero na América Latina	36
1.3.1 Bolívia	39
1.3.2 Panamá	46
1.3.3 Paraguai	47
1.3.4 México	49
1.3.5 Equador	58
1.3.6 Uruguai	60
1.3.7 Argentina	61
1.3.8 Peru	63
1.3.9 Costa Rica	66
1.3.10 Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política	71
2 Estrutura Regulatória Instituída pela Lei 14.192/2021 e os Ilícitos Eleitorais	81
2.1 Conceito de Violência Política de Gênero no Brasil e a Lei 14.192/2021	87
2.2 Como se Manifesta a Violência Política de Gênero Não-Física?	94

2.2.1 Violência Psicológica	95
2.2.2 Violência econômica (patrimonial).....	98
2.2.3 Violência moral.....	100
2.2.4 Violência simbólica.....	102
2.2.5 Modos e Espaços de Propagação da Violência Política de Gênero Não-Física.....	104
2.3 Ilícitos Eleitorais	107
2.3.1 Abuso de poder político e econômico.....	108
2.3.2 Ilícitos na propaganda eleitoral.....	119
2.3.3 Fraude à cota de gênero.....	123
2.4 Âmbito de Proteção da Lei 14.192/2021 e a sua Aplicação aos Ilícitos Eleitorais.....	136
3 Da Inexistência de um Fluxo de Tratamento da Violência Política de Gênero pelas Autoridades Competentes.....	145
3.1 Composição e Competência da Justiça Eleitoral.....	148
3.2 Composição e competência do Ministério Público Eleitoral	150
3.3 Competência da Polícia Federal para atuar como polícia judiciária.....	153
3.4 Dos canais de denúncias existentes.....	158
3.5 Diagnóstico (coleta de dados e recorte amostral)	159
3.6 Prognóstico: houve alteração na dogmática dos ilícitos eleitorais com a entrada em vigor da Lei 14.192/2021?	171
3.7 Implicações práticas para aprimoramento da regulação e implementação de políticas públicas.....	174
Conclusões.....	177
Posfácio.....	185
Referências Bibliográficas.....	187
Anexo.....	207